

San Tiago Dantas: do integralismo à Política Externa Independente

João Ricardo de Castro Caldeira¹

Introdução

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro no dia 30 de agosto de 1911. Filho do almirante Raul de San Tiago Dantas e de Violeta de Melo de San Tiago Dantas, foi casado com Edméia Carvalho Brandão. Advogado, jornalista e professor universitário, foi Deputado Federal por Minas Gerais (1959-1963), Ministro das Relações Exteriores (1961-1962) e Ministro da Fazenda (de 24 de janeiro a 20 de junho de 1963).

Nesta nota biográfica, tratar-se-á, ainda que de forma bastante sumária, de alguns dos principais aspectos relativos à trajetória de vida de San Tiago Dantas, apresentando informações sobre sua formação como advogado e suas atividades como Professor de Direito e político. De modo mais detido, serão analisados dois momentos fundamentais na biografia de San Tiago Dantas: sua participação no movimento integralista na década de 1930 e sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, entre os anos de 1961 e 1962.

Ao término do trabalho, encontra-se uma relação, ainda que incompleta, de obras sobre e da autoria de San Tiago Dantas. Desse modo, espera-se que estas breves linhas possam constituir uma pequena contribuição para o desenvolvimento de trabalho mais alentado sobre este que foi certamente um dos mais destacados Chanceleres brasileiros do século XX, que atuou de forma decisiva na definição dos rumos da política externa do país em um período crítico da História mundial e do Brasil, na primeira metade da década de 1960.

A Faculdade de Direito

Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1928-1932), foi Professor Catedrático de Legislação e Economia Política e de Instituições de Direito Civil Comercial na Universidade do Brasil e Professor de Direito Romano na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuando como advogado, conseguiu reunir uma fortuna apreciável, chegando mesmo a adquirir o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, o que lhe possibilitou veicular suas idéias com plena liberdade.

O integralismo

Uma das importantes passagens da trajetória política de San Tiago Dantas foi sua participação no movimento integralista, do qual foi um dos pioneiros.

¹ Doutor em História Social pela USP. É docente no Curso de Relações Internacionais / Belas Artes

Constituiu o integralismo um movimento político-ideológico de tendência nacionalista, autoritário, antiliberal, anticapitalista, anticomunista e anti-semita que atuou praticamente em todo o Brasil entre os anos de 1932 e 1937, sob a legenda da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político liderado nacionalmente por Plínio Salgado (1895-1975). (1)

Ainda jovem aluno da Faculdade de Direito, San Tiago Dantas fez parte do grupo de estudantes e intelectuais do Rio de Janeiro “com os quais Salgado estabeleceu contatos políticos após a Revolução de 30. Efetivamente, em 1931, Dantas fundou, com Plínio Salgado, o jornal A Razão, um dos berços do futuro movimento integralista. Também publicou artigos em Hierarquia e na Revista de Estudos Jurídicos e Sociais, periódicos de tendência fascista nos quais colaboraram diversos dos futuros líderes integralistas do Rio de Janeiro, como Hélio Vianna, Madeira de Freitas, Américo Jacobina Lacombe, Augusto Frederico Schmidt e o próprio San Tiago Dantas. Foi muito possivelmente em decorrência de sua aproximação com esse grupo de estudantes e professores nacionalistas, a que se somava sua profunda religiosidade, que San Tiago optou pela adesão ao integralismo. Como afirma Hélgio Trindade:

“Em setembro de 1929, o Centro de Estudos Jurídicos [da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro] constitui uma comissão de alunos para realizar um inquérito sobre a sociologia brasileira, tendo como centro de interesse o ‘problema de formação da nacionalidade’. A comissão, formada por Américo Lacombe, presidente; Hélio Vianna, secretário; Santiago Dantas, relator; e Octavio de Faria, apresenta um relatório em maio de 1931, criticando a Revolução de 30 e elogiando as novas tendências políticas autoritárias e nacionalistas (...)” (2)

Assim, San Tiago Dantas inclui-se entre os jovens estudantes de Direito do Rio de Janeiro que criticaram as orientações impostas pelo grupo vitorioso em 1930 – que pôs fim à dominação oligárquica da República Velha -, mas que também rejeitaram a opção comunista, com a qual, embora compartilhassem o sentimento antiliberal e antiburguês, tinham profundas divergências no tocante à visão dos rumos a serem tomados pela revolução social no Brasil. Com efeito, enquanto os comunistas formulavam a crítica materialista do capitalismo, os integralistas envergavam a bandeira da crítica moral à exploração capitalista (3).

Adepto das tendências antiliberais e nacionalistas de direita, San Tiago Dantas integrou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada em 12 de março de 1932 e que constituiu “centro de reflexão ideológica de onde vai nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira (AIB)” (4), sob a liderança nacional de Plínio Salgado. Na SEP, San Tiago Dantas ocupou a chefia do Setor de Religião, junto com Rui Barbosa de Campos, Sebastião Pagano e Plínio Correia de Oliveira (5).

Com a criação da AIB, San Tiago Dantas passou a militar em favor do movimento sobretudo através da apresentação de palestras e cursos voltados para a divulgação da doutrina dos camisas verdes, tendo ainda composto o Secretariado Nacional da AIB de junho de 1936 até a dissolução do partido, em dezembro de 1937.

Após o putsch integralista de 1938 contra Getúlio Vargas, já em pleno Estado Novo, e que resultou na prisão de diversas lideranças nacionais e regionais do

movimento, San Tiago Dantas rompeu com Plínio Salgado, passando então a dedicar-se sobretudo à carreira acadêmica e ao exercício da advocacia.

Atuação Política e Administrativa pós-1945

Com o término do Estado Novo, em 1945, San Tiago Dantas assumiu importantes postos na Administração Pública Federal. Entre os anos de 1945 e 1946, compôs o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. De 1949 a 1958 foi Vice-Presidente da refinaria de petróleo de Manguinhos. Foi ainda assessor pessoal de Getúlio Vargas ao longo do seu segundo governo (1951-1954), colaborando na elaboração do anteprojeto de criação da PETROBRAS – apresentado ao Congresso Nacional em 1951 – e do projeto de criação da Rede Ferroviária Federal. Finalmente, San Tiago Dantas voltou a atuar politicamente no ano de 1955, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

De algum modo, o seu arraigado nacionalismo constituiu certamente um dos principais fatores que o motivaram a adotar, como Ministro das Relações Exteriores, a Política Externa Independente, iniciada no Governo Jânio Quadros (1961) e por ele posta em prática durante o Governo João Goulart (1961-1964).

SAN TIAGO DANTAS e a Política Exterior do Brasil

Eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, em outubro de 1958, San Tiago Dantas foi nomeado Embaixador do Brasil na ONU pelo então Presidente Jânio Quadros, no dia 22 de agosto de 1961. Para assumir esse posto, renunciou, no dia 24 de agosto, ao mandato de Deputado Federal. No entanto, não viria a assumir a Cadeira nas Nações Unidas, pois, como é sabido, Jânio renunciou à Presidência da República em 25 de agosto do mesmo ano.

A renúncia de Jânio deu origem a profunda crise política. Vetada a posse do vice-presidente João Goulart na Presidência pelos ministros militares, foi instituído o regime parlamentarista de governo, visando restringir os poderes do Presidente. Goulart assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961, nomeando Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD) para Primeiro-Ministro e San Tiago Dantas para o Ministério das Relações Exteriores.

Antes de comentar a importante atuação de San Tiago Dantas à frente do Ministério, vale ressaltar que a sua indicação para os principais postos da política externa brasileira, no início da década de 1960, certamente decorria de sua familiaridade com questões de política externa, pois, anteriormente ao ano de 1961, atuara nesse campo nos seguintes momentos: a) como representante do Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas (Panamá, 1943); b) como Conselheiro da Delegação Brasileira enviada à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Washington, 1951); c) como membro do Comitê permanente de Arbitragem de Haia (1952); d) como Presidente da Comissão Interamericana de Jurisconsultos (Rio de Janeiro, 1955-1958). Além de haver ocupado essas significativas posições em organismos internacionais, San Tiago Dantas também publicou, entre 1957 e 1958, diversos editoriais do Jornal do Comércio – de sua propriedade – dedicados à

análise da conjuntura internacional e colaborou na redação da Declaração de Santiago do Chile (1959), um dos mais importantes documentos do Sistema Interamericano (6).

Além disso, é possível ainda afirmar que foi em grande parte devido à sua excelente formação jurídica, larga experiência no campo das Relações Internacionais e ao seu arraigado nacionalismo – nutrido desde a juventude, durante sua militância integralista – que, ao longo de sua atuação como Ministro das Relações Exteriores, no período de 11 de setembro de 1961 a 25 de junho de 1962, San Tiago Dantas adotou como diretriz a denominada Política Externa Independente, da qual trataremos a seguir.

A Política Externa Independente

A Política Externa Independente foi iniciada durante a Presidência de Jânio Quadros, tendo à frente do Ministério das Relações Exteriores o intelectual e político mineiro, Afonso Arinos de Melo Franco. Ambos – Jânio e Afonso Arinos – eram políticos conservadores, vinculados à União Democrática Nacional (UDN), que reunia lideranças da direita em todo o país, à época.

Apesar de seu caráter conservador, no entanto, Jânio adotou uma política exterior ponderavelmente progressista, mantendo um discurso crítico em relação aos Estados Unidos e aproximando-se de lideranças dos países socialistas, como Cuba, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros países do Leste Europeu, além de haver apoiado a independência de Angola e Moçambique – distanciando-se assim de tradicional aliado conservador que era Portugal. Como explica um estudioso da política exterior do Brasil no período, geralmente “um governo conservador tem maior margem de manobra para promover uma alteração de rumos desse tipo” (7). Ao adotar essas e outras medidas, Jânio Quadros dava início à denominada Política Externa Independente – PEI, que teve como principais protagonistas os Chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas.

De acordo com Paulo Roberto de Almeida, a PEI constitui uma “espécie de parênteses inovador num continuum diplomático brasileiro dominado pelo conflito Leste-Oeste” (8), que desde o final da Segunda Guerra Mundial opunha países socialistas, sob a liderança da URSS – e capitalistas, sob a hegemonia dos EUA, ao qual o Brasil alinhava-se automaticamente desde 1945. Entretanto, após a Revolução Cubana (1959) e o início do processo de descolonização do continente africano, e sobretudo durante os Governos de Quadros e Goulart, a diplomacia brasileira reorienta sua atuação, passando a pensar a aliança preferencial com os Estados Unidos “mais em termos de vantagens econômicas a serem barganhadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria” (9). Noutros termos, à dicotomia ideológica Leste-Oeste – entre socialistas e capitalistas – somava-se agora a oposição econômica Norte-Sul, entre países avançados e subdesenvolvidos, voltando-se a política exterior do Brasil primordialmente para a promoção do desenvolvimento econômico do país, independentemente da orientação ideológica dos seus eventuais parceiros comerciais.

De todo modo, os principais fundamentos da PEI eram os seguintes: a) promover exportações do Brasil para todos os países, inclusive os de orientação socialista; b) defender o Direito Internacional, sobretudo os princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção nos assuntos internos de outros países (aplicados sobretudo em

relação à questão cubana); c) defesa do desarmamento e da coexistência pacífica nas relações internacionais; d) apoio ao processo de descolonização irrestrita dos territórios ainda submetidos; e) defesa da autonomia dos países para formular planos de desenvolvimento e solicitações de ajuda externa (10).

Ao tomar posse como Chanceler, no dia 11 de setembro de 1961, San Tiago Dantas deu continuidade à Política Externa Independente iniciada por Afonso Arinos durante o governo Jânio Quadros, pondo em prática os seus fundamentos acima indicados. Com efeito, segundo Vizentini, Dantas “dotou a PEI de um corpo teórico consistente e colocou-a em prática, pois Quadros pouco ultrapassara o nível do discurso” (11). Efetivamente, apesar da fraqueza do Governo João Goulart, permanentemente ameaçado pelas forças conservadoras do país, que suspeitavam de sua orientação ideológica, Dantas pôs em prática uma política externa realmente independente, reatando relações diplomáticas com a URSS e opondo-se à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), proposta pelos Estados Unidos durante a Segunda Conferência de Punta del Este (Uruguai), em janeiro de 1962. Na Conferência do Desarmamento, ocorrida em Genebra, no mês de março daquele mesmo ano, o então senador Afonso Arinos, substituindo San Tiago Dantas na chefia da delegação brasileira enviada à Conferência, afirmou a posição do Brasil como potência “não-alinhada”, contra as explosões atômicas e favorável à reconversão econômica, ou seja, ao emprego de recursos financeiros no desenvolvimento e bem-estar e não em armamentos (12).

Epílogo: o Golpe de 1964

San Tiago Dantas deixou o Ministério das Relações Exteriores no mês de junho de 1962, desincompatibilizando-se do cargo a fim de poder concorrer a um novo mandato de Deputado Federal. Com a renúncia de Tancredo Neves ao cargo de Primeiro Ministro naquele mesmo mês, João Goulart propôs ao Congresso que San Tiago Dantas o substituísse. No entanto, e apesar de ser apoiado pelos nacionalistas, pela ala esquerda do Parlamento e pelos sindicatos, as lideranças conservadoras, que a ele se opunham de longa data, por não concordarem com a política exterior por ele conduzida ao tempo da Chancelaria, vetaram a sua indicação para Primeiro Ministro. No pleito de outubro de 1962, porém, foi reeleito Deputado Federal.

Com o retorno ao regime presidencialista, após o plebiscito de janeiro de 1963, o Presidente João Goulart nomeou San Tiago Dantas Ministro da Fazenda, o qual se incumbiu de levar a efeito o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado. Constituiu o Plano Trienal uma proposta de austeridade econômica que previa a promoção de crescimento econômico de cerca de 7% ao ano e a redução da inflação para 10% em 1965. Enfrentando dificuldades para levar a efeito o Plano Trienal, Goulart depôs Celso Furtado e San Tiago Dantas de seus respectivos cargos, em junho de 1963.

San Tiago Dantas reassumiu então o seu mandato de Deputado Federal. Em janeiro de 1964, a pedido de João Goulart, e valendo-se de sua ponderável influência junto a diversos setores da esquerda moderada do país, San Tiago Dantas procurou formar um governo de frente única, a fim de evitar a deposição do presidente, que já vinha sendo articulada por militares, políticos e empresários. No entanto, a frente única não se formou e a vitória das forças conservadoras tornou-se iminente. Deflagrado o

golpe militar, em 31 de março de 1964, San Tiago Dantas não teve seu mandato de Deputado Federal cassado. Faleceu no Rio de Janeiro seis meses depois, no dia 6 de setembro de 1964.

Obras sobre San Tiago Dantas

– COELHO, José Vieira et al. San Tiago: vinte anos depois. Imprensa Rio de Janeiro: Paz e Terra/IEPES, 1985. 65 p. (Coleção Debates, 1).

– LACOMBE, Américo Jacobina. San Tiago Dantas. Verbum. Rio de Janeiro: Universidade Católica, v. 21, n. 4, dez. 1964, p. 259-263.

– MOREIRA, Marcílio Marques. De Maquiavel a San Tiago: ensaios sobre política, educação e economia. Brasília, DF: Editora UnB, c. 1981. 170 p. (Cadernos da UnB).

Obras de San Tiago Dantas

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Conflito de vizinhança e sua composição. Rio de Janeiro: s. n., 1939. 352 p.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Rui Barbosa e o Código Civil. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. 85 p.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Problemas de Direito Positivo: estudos e pareceres. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1953. 428 p.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Integralismo e as classes armadas. In: Enciclopédia Integralista. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1960. Volume IV, p. 59-64.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de et al. A preparação das elites integralistas. In: Enciclopédia Integralista. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1960. Volume IX, p. 149-159.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Discurso de posse do Senhor San Tiago Dantas como Ministro de Estado das Relações exteriores. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1961. 16 p.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Figuras do Direito. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. 144 p.

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 258 p. (Retratos do Brasil, 13).

– SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Produtividade, aspecto institucional. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Brasil, 1962. 27 p. (Cadernos de ciências sociais, 6).

- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Idéias e rumos para a revolução brasileira: discurso na homenagem que lhe foi prestada como “Homem de visão de 1963”*. Rio de Janeiro : Jose Olympio, 1963.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Programa de Direito Civil II: aulas proferidas na Faculdade Nacional de Direito (1943-1945): contratos*. Rio de Janeiro: Rio, 1978. 378 p.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *D. Quixote: um apólogo da alma ocidental*. Brasília, DF: UnB, 1979. 80 p. (Cadernos da UnB).
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Programa de Direito Civil I: aulas proferidas na faculdade nacional de direito (1942-1945): parte geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio, 1979. 406 p.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Programas de Direito Civil III: direito das coisas*. Rio de Janeiro: Rio, 1979. 464 p.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. 704 p. (Perfis parlamentares, 21).
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, DF: Editora UnB, c. 1985. 81 p. (Coleção Itinerários).

Notas:

- (1). Há que ressaltar, no entanto, que o movimento integralista continuou atuando mesmo após o fechamento da AIB. Após o Estado Novo, por exemplo, organizaram-se os integralistas sob a legenda do Partido de Representação Popular (PRP). Da considerável bibliografia que aborda o integralismo como objeto de estudo, cabe destacar a obra pioneira e bastante completa do cientista político Hélgio Trindade. Cf. TRINDADE, 1974. Análise da atuação da AIB em uma região específica encontra-se em CALDEIRA, 1999.
- (2). TRINDADE, op. cit., p. 109.
- (3). Para um melhor entendimento sobre o caráter espiritualista da ideologia integralista, ver, por exemplo, ARAÚJO, 1988.
- (4). TRINDADE, op. cit., p. 124.
- (5). Id., *ibid.*, p. 127.
- (6). Cf. *Carreiras do Serviço Exterior*. San Tiago Dantas. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/carreiras_ext/personalidades_diplomatas/san.asp Acesso em 02/07/2004.
- (7). VIZENTINI, 2003, p. 23.
- (8). ALMEIDA, 1999, p. 58.
- (9). Id., *ibid.*, p. 59.
- (10). VIZENTINI, op. cit., p. 23.
- (11). Id., *ibid.*, p. 26.
- (12). Ótima análise da atuação de San Tiago Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores encontra-se em BUENO e CERVO, 1992, p. 294-315.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O estudo das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Unimarco Editora, 1999. 304 p.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1988. 116 p.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992. 432 p. (Série Fundamentos, 81).

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999. 135 p.

TRINDADE, Hélió. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo/Porto Alegre, RS: DIFEL/URGS, 1974. 388 p. (Corpo e alma do Brasil, 40).

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120 p. (História do povo brasileiro).